



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e Horário: 23 de junho de 2023, de 11:00hs às 13:00hs

Local: Sala de Reuniões Plenária, Edifício Parque Cidade Corporate, 10º andar. Brasília, DF.

Telefone para contato: (61) 2027-3337

Ata da 1ª Reunião Extraordinária

- Horário do início da reunião: 11h08
- Condução: Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio de Almeida

O Ministro de Estado, Silvio de Almeida, abriu a reunião cumprimentando a mesa e agradecendo a todos os presentes, que atenderam prontamente ao seu chamado, e falou da importância desse tema, tendo em vista a prioridade da Agenda de Direitos Humanos no Brasil, ser um ponto essencial para a construção da política brasileira.

O Ministro repassou o agradecimento pessoal do Presidente Lula, e destacou a importância do tema para a execução da Política de Governo.

O tema principal da convocação se dá em torno do desencarceramento. O Ministro ressaltou a importância da parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para que se possa dar concretude as ações e medidas que serão discutidas e construídas com a sociedade civil por meio de agendas interministeriais. Destacou a preocupação do Governo Federal que surge com a demanda de uma solicitação feita pelo Presidente da República para que os ministros cuidassem desse tema: desencarceramento.

A necessidade de se tratar de desencarceramento nessa reunião, se aplica por ser um dos fatores fundamentais para se entender as práticas sistemáticas de tortura e as condições degradantes do cárcere do Brasil: a superlotação e uma política racional, além das condições de trabalho dos profissionais do sistema prisional.

O Ministro ressaltou a importância das atribuições do Ministério dos Direitos Humanos e de como o SNPCT precisa funcionar por ser um instrumento fundamental para pensar a política de prevenção e combate à tortura no Brasil. O Ministro ressaltou a importância dos atores: CNJ CNMP, CNDH, Procuradorias, Defensorias em conjunto com o apoio da sociedade civil para a redução da população carcerária.

O tema da segurança pública deve funcionar nos termos da legalidade.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Foi destacada pelo Ministro, a importância e o valor das mães e da luta por terem seus filhos assassinado pelo Estado, o que contraria o que está posto na lei, na Constituição Federal. O Ministro destacou também a relação dos trabalhadores que estão inseridos no contexto penal que são humilhados e colocados em situações degradantes de trabalho.

Levantado ainda pelo Ministro, a importância da racionalização e a realização de recenseamento da população carcerária, além do monitoramento dos locais de privação de liberdade que estão sob medidas cautelares, sob juízo pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Ressaltando que a postura não será fiscalizatória, porém colaborativa no sentido de solucionar os problemas.

Após a sua posição dos pontos de pauta, o Ministro passou a palavra para os membros do SNPCT.

A primeira a ter a posse da palavra, foi a senhora Carolina Barreto, atual coordenadora do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Carolina fez uma breve explanação quanto as Políticas de Segurança Pública e a importância dos Direitos Humanos em pautar a segurança pública para que não se contraponha com a Ditadura Militar. Destacou a importância de se atentar as ações, onde a Segurança Pública deve se curvar a Constituição Federal e aos Direitos Humanos, e não o contrário. Uma política onde deve-se pensar mudança da lógica de funcionamento de Segurança Pública. Comentou também sobre as 167 inspeções regulares no território nacional realizadas pelo MNPCT, e falou da importância de articulação conjunta do MNPCT a partir das atribuições dos demais atores do SNPCT. Por último destacou a importância da interrupção dos problemas e sofrimentos das pessoas encarceradas.

Em seguida a palavra foi passada para a Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), Sofia Fromer, onde discorreu sobre a importância de reestruturar o funcionamento do SNPCT, além de se trabalhar o indulto, e que essa agenda se comprometa de fato com esse tema.

O Secretário Nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco, iniciou a sua fala cumprimentando a todos os presentes e ao Ministro, Silvio de Almeida. Se colocou à disposição para cumprir as agendas interministeriais, e falou da importância dos trabalhos e dos temas do SNPCT. Falou que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), está atualmente trabalhando sobre indulto, progressão de regime e desencarceramento, além do atendimento ao custodiado, e aos profissionais que trabalham no sistema penal. Falou também da utilização de câmeras corporais nos estados em que os governadores aderirem a institucionalização das estruturas e procedimentos, conforme publicação do Ministério da Justiça. Falou também sobre a realização de treinamento específico do FOCOPEN, antigo FTIP.

A Conselheira do CNPCP, Patricia Nunes Naves, iniciou a sua fala cumprimentando a mesa e o Ministro. Informou que recentemente o CNPCP se reuniu com a Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

O representante do Conselho Nacional de Justiça, Tiago Sulzbach inicia a sua fala enaltecendo a iniciativa do Ministro em trazer novamente o SNPCT. Entrega o relatório de inspeção do Amazonas e Ceará feito pelo CNJ. Coloca o CNJ à disposição para contribuição do funcionamento em conjunto da política. Traz as informações sobre a redução da população carcerária presa provisoriamente de 40% para 25%. Afirma que a implementação da audiência de custódia contribuiu com a diminuição da população carcerária presa provisoriamente para 15%. O CNJ se coloca à disposição para contribuir com o recenseamento da população carcerária, uma vez que o desde 2016 implantou o Sistema de Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, que trouxe dados do segundo semestre o número da pessoas real e de pessoas encarceradas. O Sistema é alimentado em tempo real e será compartilhado. Falou sobre o monitoramento das unidades sob judge, e destacou o caso do Estado de Pernambuco, onde os presos passam fome. É executada no Estado uma política de definhamento como forma de tortura. O presídio não tem capacidade nutricional para manter as refeições dos presos, inclusive para mulheres grávidas e lactantes. O comércio clandestino dentro do sistema prisional, além do baixo consumo de água, onde um galão de 20 litros custa 50 reais, é comum nas dependências do sistema prisional. Frisou da importância não apenas de elaborar protocolos, mas também em resolver a questão da fome que é algo em que o MDHC pode atuar de modo efetivo para ajudar a vida das pessoas que estão encarceradas. E mais um vez colocou o CNJ à disposição para realizar visitas conjuntas com o Ministério.

Em seguida a Defensora Nacional de Direitos Humanos, Carolina Castro, representante da DPU, enalteceu a refundação do Estado Democrático de Direito, e informou que a DPU esteve em uma missão com o MDHC no Rio Grande do Norte. Constatou-se nesse momento, pelos relatos dos internos custodiados que era pedido a aplicação da lei e dos direitos previstos na LEP, esse era o pleito dos custodiados traziam. Falou da importância de ser ter a consciência que é uma pauta legalista, cumprimento da Constituição Federal, tratados, LEPs. Colocou a DPU à disposição para ações integradas com o MDH, CNPCT, MNPCT e SNPCT.

Após as falas dos membros do Sistema, a palavra retornou para o Ministro onde falou sobre o que foi pedido pelo Presidente, de se fazer algo pelas pessoas que estão presas e não deveriam mais estar. Ressaltou a importância de que tem coisas que o Ministério pode fazer, mas muitas outras precisa da ajuda do judiciário, da sociedade civil e da defensoria pública, que a efetiva parceria em prol do Brasil, em prol das pessoas que estão sofrendo, onde pessoas estão passando fome dentro dos presídios, onde deve parar tudo para se resolver a questão da fome dos presídios.

Em seguida o Secretário-Executivo da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Luiz Campião, agradeceu a oportunidade de estar nesse rico debate e que é o mais recente membro do Sistema, que foi feita através da adesão da Portaria 354 de 22 de novembro de 2018. Informou que a PFDC participou presencialmente de inspeções no Distrito Federal, Santa Catarina, Tocantins e Paraíba. Falou também da existência de um Grupo de Trabalho na PFDC dedicado especificamente ao tema da tortura, com representantes do MPF e MPE. Expos a importância da capilaridade que precisa ser explorada, onde há um Procurador da República em cada capital, onde pode-se estatar ações coordenadas, que é exatamente orientando os



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

procuradores no auxílio a implementação dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. A PFDC se coloca à disposição para parceria com os demais órgãos do SNPCT.

A Conselheira Luiza de Marillac, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), falou como representante do Conselho e integrantes do SNPCT. Falou que a complexidade do tema exige a integração das entidades do Sistema, a capilaridade entre os comitês e mecanismos em nível estadual. Falou da importância das Políticas de estado, quando chamadas a intervir no Sistema penitenciário, não pode ser por tortura ou violência para pacificar, o que significa violência e humilhação. Ressignificar as atuações das forças quando vão as penitenciárias. Lembrou que o Estado brasileiro traz o agravante da situação com o pretexto de pacificar. O sistema penitenciário é um resultado do sistema de justiça que acredita que a intervenção é feita para pacificar, Justiça não se realiza com violações de direitos humanos. CNDH se coloca à disposição.

Em seguida a fala foi passada para o senhor Alexandre Saraiva, representante do Conselho Nacional do Ministério Público, falou da situação de favelização, abandono degradante do Sistema prisional brasileiro. Informou que o CNMP está acompanhando as denúncias vindas do Estado do Ceará. Falou que em algumas situações particulares existe a demanda de atuação em conjunto. Entende-se que os formulário de inspeção e protocolos precisam ser visitados, e trabalhar de uma maneira mais efetiva e proativa. Colocou à disposição da sede do CNMP para futuros encontros do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à tortura.

Sugestões:

(1) aprimoramento e uniformização de metodologia para os protocolos e formulários de inspeção em instituições prisionais;

- a. CNJ desenvolveu metodologia
- b. Utilização de câmeras corporais (SENAPPEN)
- c. Correição e treinamento dos profissionais (SENAPPEN)

Existem metodologias, mas necessidade de impactar na realidade concreta (incidir para que os relatórios do Mecanismo, por exemplo, impactem a atuação do Sistema de Justiça)

Protocolos de apuração de crimes de tortura

(2) Redução da população carcerária e respectivos instrumentos, a exemplo dos institutos do indulto e comutação de pena;

Racionalização carcerária – a redução é um fator de racionalidade

Discussão de alternativas penais (SENAPPEN)



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Isabela Corby, representante da Assessoria Popular Maria Felipa, no início da sua fala elogiou a metodologia da reunião, porém informou que a função da sociedade civil é trazer os problemas de algumas situações que estão à mercê do sistema prisional. Antes, elogiou a metodologia da estruturação usada pelo Mecanismo na elaboração de seus relatórios. Chamou a atenção para como o Judiciário utilizará as informações apresentadas nos relatórios do MNPCT, uma vez que são instrumentos legítimos de contextualização da realidade do sistema prisional; chamou a atenção em como essa metodologia avançará, e como pensar uma maneira de impactar a mentalidade do judiciário diante das questões postas de graves violações; falou sobre o Decreto de Indulto, da sua importância e como impactará no volume da população que atualmente encontra-se encarcerada; falou também da importância da escuta ativa da sociedade civil, e do seu papel que executa na ponta com os familiares e com as pessoas privadas de liberdade; falou da falta de recurso econômico para cuidado do sistema prisional inflado; falou da necessidade da escuta da sociedade, e da elaboração de Decreto para as necessidades específicas das mulheres; falou da eficácia dos mutirões, e os riscos de mutirões sem articulação do Ministério Público e judiciário, onde traçam teses bem articuladas. Falou dos riscos profundos sobre os indeferimentos que caem para a Defensoria Pública recorrer. Sugeriu a articulação de mutirões do conhecimento da pena; falou da importância da redução da tortura psicológica que tenha perfil mapeado, com sugestões, mapeamento da quantidade de filhos de presos e presas e onde estão. Indicou a importância da audiência de custódia para o desencarceramento. Externou a importância de problematizar e implementar com passos largos o protocolo da OPCAT. Treinar os juízes; A Assessoria implementou o Projeto Antonieta de Barros, que mapeou qualitativamente os comitês e mecanismo estaduais. Se comprometeu a compartilhar o mapeamento da sociedade civil para ampliação dos diálogos com os estados.

A representante do CNPCT pelo Ministério das Mulheres, Pagu Rodrigues, falou da importância da violação de direitos dos indígenas encarcerados e da situação das mulheres que estão sob guardas de homens. Falou da necessidade de se fazer um censo dessas mulheres, e começar a tratar dos direitos e voz dessas mulheres que estão sob guardas desses homens.

A Coalização pela Sociodução, através da sua representante, Ana Potiara, falou sobre os meninos e meninas que estão no socioeducativo e da situação de humilhação que enfrentam todos os dias, além das humilhações que seus familiares são submetidos nas visitas. A entidade já participou de inspeções com o MNPCT. Apoiou a proposta do indulto.

A presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), Rivana Ricarte, saudou a mesa e a presença do Ministro, e enalteceu a retomada do Ministério dos Direitos Humanos em garantir a assertividade da pauta. Falou da importância em garantir a presença das defensorias públicas dentro do sistema socioeducativo e do sistema prisional; frisou a importância da redução da população carcerária, além da retomada ao indulto, não apenas para as mulheres.

A Diretora Regional do DF do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Maria Vitória Lerner, agradeceu o convite, e enalteceu a ação do Ministério na retomada dos trabalhos do SNPCT.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

A representante do Inocence Project, Natalie Pletsch, falou da importância do desencarceramento, do recorte racial inserido atualmente no sistema prisional, e do impacto que isso traz nos familiares aos visitarem seus filhos e pais.

Senhor Ricardo Gobbi, Presidente do Comitê Estadual do Espírito Santo, sugeriu ações e propostas para que sejam estratégias pensadas nessa pauta, pensadas conjuntamente com o CNPCT e MNPCT, que são ferramentas e vantagens das quais não se pode abrir mão. Desde a formulação das ideias até a efetivação das políticas. Pediu também para que a política do Ministério seja sempre realizada de forma horizontal e que as reuniões sejam convocadas com mais antecedência e metodologia para a construção e formulação das políticas. Pediu também apoio do Ministro para a efetiva aprovação do Projeto de Lei para instauração do Mecanismo Estadual no Espírito Santo.

A representante do CNPCT, Miriam Estefânia, fez a sua fala enquanto familiar de pessoa privada de liberdade, e relatou as mazelas da fome e da falta de água dentro do sistema prisional. Onde a Policial penal também tortura familiares, mulheres, além a população carcerária principalmente em visita social. Onde também criminalizam os familiares. Parabenizou a iniciativa do ministro por receber familiares.

A representante do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, Tessa Guimaraes, sugeriu a visita conjunta do Ministro com o CNJ em uma visita na Papuda. Se posicionou contra a construção do polo das comunidades terapêuticas e contra o financiamento público das comunidades terapêuticas.

A representante do DF Sem Tortura, Ana Paula Diniz, falou do observatório de denúncias para pessoas que utilizam o sistema e se colocou à disposição para conversas.

Rafael Camarão, representantes da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, falou rapidamente sobre multa penal, sobre os benefícios bloqueados.

A senhora Graciela Reis representante pela Frente Nacional pelo Desencarceramento do DF, pediu atenção do CNJ junto a Vara de Execuções Penais do DF.

O Senhor Leonardo Santana representante da Rede de justiça criminal, apresentou brevemente a Rede, e pediu uma atenção especial do Ministério para a tramitação do código de processamento penal.

A presidente do Comitê Estadual de Combate à Tortura do Estado do Ceará, Maria Araújo, agradeceu o convite e apresentou o monitoramento que o Ceará está fazendo nas medidas cautelares.

O Assessor Parlamentar do MDH, Senhor Davi Carneiro, apresentou o que o ministério tem feito na incidência parlamentar, e ressaltou a importância da participação de familiares nos inquéritos policiais.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

O representante do CNPCT pelo Ministério das Relações Exteriores, Eduardo Galvão, comentou sobre a prevenção e combate à tortura ser um compromisso do governo brasileiro, e falou sobre a importância do cumprimento dos tratados internacionais.

Fernanda Natasha, representante do Laboratório de Gestão de Políticas Penais (Labgepen), fez um breve agradecimento a oportunidade do convite, e informou que o Laboratório de Gestão e Políticas Penais da UNB, é um operador da transversalidade da política. Falou da atuação do LAB GEPEN, e da importância do relatório do MNPCT.

A Presidente do Comitê Estadual de Combate à Tortura do Estado do Amazonas, Natividade Maia, apresentou os trabalhos do comitê estadual do Amazonas e falou da dificuldade da efetivação do Projeto de lei que ainda se encontra em tramitação. Ressaltou a importância do apoio da perita Ana Valeska, na elaboração do PL, e informou que o mesmo encontra-se parado desde abril. Solicitou Ministro, intermediar ao Estado para que o PL caminhe para a Assembleia votar.

ESCUA ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL

(3) Análise da viabilidade e estímulo para mutirões multiprofissionais e interinstitucionais;

*importância da articulação dos Mutirões com o judiciário e o MP. Sugestão de mutirão para “ler com as pessoas a pena” porque reduz tortura psicológica que não sabemos dimensionar

*participação da sociedade civil nesses mutirões.

(4) Realização de recenseamento da população em situação de privação de liberdade e diagnóstico.

Sistema eletrônico de execução unificada – CNJ – teremos número real em 2023

Preciso aprofundar dados – primário, reincidente, gênero, cor/raça

*saber quantos filhos de presas e presos (recenseamento também dos filhos).

*mapeamento debate sobre o encarceramento indígena (privação da liberdade da população indígena)

*dados de mulheres sob custódia de homens (quantas mulheres estão sob guarda de homens?)

(5) Monitoramento das unidades objeto de medida cautelar pelo sistema interamericano

(6) Trabalhadores do sistema carcerário

* relato do uso da nomenclatura “policial penal” para torturar presos, em especial mulheres.

* profissionais da saúde tem sido muitas vezes “massacradas” dentro do sistema prisional.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

(7) proposta de ato normativo para organização de comitês e mecanismos - proponho que o CNPCT, em nome da Sra, Sofia que sugeriu, lidere a elaboração de minuta de ato normativo

(8) Condições do cárcere, em particular alimentação: combate à fome no sistema prisional (segurança alimentar) e também tema da saúde

*alimentação adequada (necessidade de fazer um controle de qualidade da alimentação no sistema prisional)

*no Estado do Maranhão há uma boa prática de aplicativo como ferramenta da alimentação no sistema prisional

(9) Encarceramento indígena - mato grosso do sul caso especial

(10) sistema socioeducativo

(11) Criminalização dos/das familiares de pessoas privadas de liberdade. Dificuldade da visita.

*no DF, por exemplo, familiares não têm direito à visita íntima. Olhar nacional para o sistema carcerário do DF.

(12) Perspectivas privatizantes do sistema prisional brasileiro

(13) Federalização da metodologia das comunidades terapêuticas

*polo carcerário, trabalho escravo institucionalizado (laboterapia)

*resolução 482 do CNJ.

14. execução de multa penal.

INFORMES FINAIS:

- O Ministro Silvio esclarece que não há conflitos entre o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública. E esclareceu que a convocação repentina para a reativação do Sistema se fez necessária tendo em vista o atual cenário de graves violações do sistema Prisional Brasileiro. É uma agenda prioritária, que não pode esperar disponibilidade de agenda.

- Sugestão para realização da Reunião do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura dia 21 de agosto de 2023.

- A Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos, Ana Luísa Zago, relatora da reunião, apresentou os principais eixos tirados da reunião, e informou que encaminharia a sistematização dos eixos bem como a ata da reunião.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

- O Ministro informou que os próximos passos serão a efetivação das ações, intersetoriais, interministeriais das ações que tenha objeto claro e metas, com um sistema de propostas concretas. Sugeriu a criação de vários Grupo de Trabalho para traçar tais metas.

PONTOS DE DESTAQUE:

- A superlotação carcerária é uma violação de direitos;
- O desencarceramento é uma agenda de combate à tortura;
- Temos uma agenda que queremos propor para marcar a retomada dos trabalhos do SNPCT nos seus 10 anos;
- Centralidade democrática do sistema
- Capilaridade do Ministério Público Federal
- Indulto para os adolescentes em medida de socioeducativo
- Ampliar a presença da Defensorias Públicas no Sistema Prisional (mapeamento do déficit de defensores - incidência parlamentar?)
- 26 coordenações regionais do IBCCRIM
- Mapeamento de atores por estado
- Audiências de custódia que os juízes ouvem relatos de tortura e nada fazem.
- horizontalidade das políticas
- Ministério Público não investiga denúncias de tortura
- Revogação da resolução do CNPCP considerando a revista íntima privilégio
- **Impacto orçamentário das políticas criminais**
- audiência de custódia por videoconferência
- criminalização do uso de drogas, vide relatório do IPEA.
- alteração do código de processo penal, incidência desencarceradora.
- Protocolos e fluxos de apuração de crimes de tortura, implantado no Ceara, verificar.
- articulação Inter federativa
- políticas de trabalho e educação no sistema prisional
- Garantia do voto dos presos provisórios
- Diálogo com o Estado do Amazonas sobre o projeto para na casa civil, projeto sistema, comitê e mecanismo do Amazonas.
- Convênios com instituições de ensino superior
- Cumprimento do direito ao Estudo
- convênio com instituições de ensino para disponibilidade de bolsas para que população carcerária possa estudar

ENCAMINHAMENTOS

- Proposta de ato normativo para organização de comitês e mecanismos. (Proposto que Sofia Fromer como Vice-presidente, que sugeriu, lidere a elaboração de minuta de ato normativo).
- Que as ações e propostas sejam construídas em conjunto com o CNPCT e MNPCT, e que sejam discutidas de forma horizontal; (CEPCT-ES)



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos
Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

- Intervenção do Ministro para agilizar a votação do PL de criação do Mecanismo do ES. (CEPCT-ES)
- Intervenção do Ministro para agilizar a votação do PL do Amazonas (CEPCT-AM)
- Pensar um mecanismo de escuta para os familiares (CNPCP)
- Visita conjunta do CNJ e do MDHC na papuda (CRP 1ªReg)
- Monitoramento das recomendações do OPCAT da ONU (Assessoria Popular Maria Felipa)
- Encaminhar ao CNPCP sugestão de mudança na Resolução que dispõe sobre a visita íntima e social que trata tais direitos como uma regalia do Estado. (CNJ)
- Realização de convênios com instituições de ensino superior para fornecimento de bolsas de estudos para presos que querem estudar no presídio. (CEPCT-AM).
